CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017

KPDS 217877

Conteúdo

Relatório da administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas **5**

Balanços patrimoniais consolidados **9**

Demonstrações dos resultados consolidadas **11**

Demonstrações dos resultados abrangentes consolidadas **12**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas **13**

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas - método indireto **14**

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas **16**

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (doravante referido como IFRS), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório elaborado pelos Auditores Externos.

Mensagem da administração

A CESCEBRASIL pretende manter-se como referência no mercado de seguros de Garantias, Crédito Interno e Crédito à Exportação. Em um mercado com enorme potencial de crescimento, principalmente no ramo de Seguro de Crédito, o Grupo segue inovando com produtos diferenciados do restante do mercado e que já opera nos mercados da Europa, que tem despertado e que tem demonstrado grande interesse por parte das empresas brasileiras e dos corretores. Com o aumento da inadimplência em geral devido o cenário político econômico, o seguro de crédito passa a ter uma grande procura pelos empresários, por se tratar de uma ferramenta importante de gestão e cobertura dos riscos de crédito.

Cenário econômico e operacional

A economia brasileira apresenta um cenário desfavorável desde 2016, apesar do País encerrar 2017 com uma inflação de 2,95% a.a (6,29% a.a em 2016), a recessão brasileira continua impactando a economia com fracos sinais de melhora, O Produto Interno Bruto (PIB) registrou pequeno aumento em 2017. Mesmo com esse cenário, o Grupo acredita que o mercado de Seguro de Crédito ainda apresenta baixa contratação em relação ao número de empresas existentes no país e também em relação a outros países onde esse produto já é comercializado há mais tempo, como, por exemplo, o mercado europeu. Assim, apesar da situação econômica desfavorável, acreditamos que exista um vasto mercado a ser explorado.

Desempenho financeiro e operacional

Apesar do crescimento do Seguro de Crédito, houve uma redução na produção do Grupo em 2017, em torno de 36%, principalmente pela redução dos prêmios do Seguro DPVAT na controladora, determinados pelo Governo. Devido a essa redução e associado à redução dos juros, que diminuíram substancialmente as receitas financeiras, o Grupo encerrou o exercício com um prejuízo de R$ 2.435 mil.

Os investimentos foram realizados dentro da política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração, sendo que a capacidade financeira está condizente com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (doravante referido como IFRS).

Investimos constantemente em melhorias na nossa estrutura de auditoria interna, controles internos e procedimentos de compliance e, com isso, nosso processo operacional tem se tornado cada vez mais eficaz e eficiente.

Governança Corporativa

A instância máxima de governança no Grupo é o Conselho de Administração, que representa os controladores e determina as diretrizes estratégicas e as orientações principais para a atuação comercial, operacional e corporativa da CESCEBRASIL que são executadas pela Diretoria local.

Dessa maneira, a condução das atividades operacionais tem uma gestão mais participativa entre a Diretoria, conselho e os respectivos gestores.

Por fim, nossos agradecimentos às autoridades do mercado segurador e aos clientes, corretores, funcionários e colaboradores.

São Paulo, 15 de março de 2018.

Administração

Conselho de Administração

José Américo Peón de Sá
Presidente

Jesús Urdangaray López
Vice-Presidente

Jaime de Miguel Muñoz
Conselheiro

Diretoria

Cristina Rocco Salazar
Diretora-presidente

João Carlos Ramos Junior
Diretor

Contador

João Carlos Ramos Junior
Contador CRC 1SP206118/O-7

Atuário Responsável Técnico

Ricardo César Pessoa
MIBA 1076

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

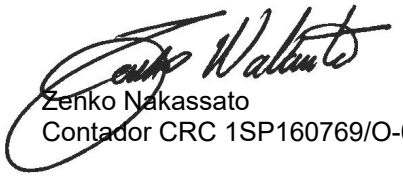
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Balanços Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		**153.800**	**168.846**
Caixa e equivalentes de caixa		**1.597**	**2.302**
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.597	2.302
Aplicações	7.1	**90.430**	**91.880**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**27.352**	**29.063**
Prêmios a receber	8.1	20.752	24.229
Operações com resseguradoras	8.2.1	6.600	4.834
Outros créditos operacionais		**399**	**809**
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	9.1	**30.740**	**41.020**
Títulos e créditos a receber	10	**433**	**863**
Títulos e créditos a receber		200	324
Créditos tributários e previdenciários	10.1	182	222
Depósitos judiciais e fiscais	102	9	148
Outros créditos		42	169

PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		**131.212**	**142.634**
Contas a pagar		**5.028**	**5.823**
Obrigações a pagar	15	3.485	3.551
Impostos e encargos sociais a recolher		856	803
Encargos trabalhistas		567	511
Impostos e contribuições	16	120	958
Débitos das operações com seguros e resseguros		**21.387**	**21.190**
Prêmios a Restituir		47	1
Operações com seguradoras		-	192
Operações com resseguradoras	8.2.2	18.171	18.121
Corretores de seguros e resseguros	17	2.741	2.618
Outros débitos operacionais		428	258
Depósito de terceiros	18	**383**	**517**
Depósito de terceiros		383	517
Provisões técnicas - seguros danos	19	**104.414**	**115.104**

Custos de aquisição diferidos	11	**2.849**	**2.909**				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**11.398**	**7.539**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		**12.607**	**9.937**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**2.437**	**171**	**Débitos das operações com seguros e resseguros**		**756**	**-**
Prêmios a receber	8.1	2.437	-	Operações com resseguradoras	8.2.2	731	-
Operações com resseguradoras	8.2.1	-	171	Corretores de seguros e resseguros	17	25	-
Outros Créditos Operacionais		**-**	**3**	**Provisões técnicas - seguros danos**	**19**	**10.026**	**7.179**
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	9.1	**6.484**	**4.625**	**Outros débitos**	**20**	**1.825**	**2.758**
				Provisões trabalhistas		330	480
Custo de aquisição diferidos	11	**1.185**	**1.125**	Provisões cíveis		1.122	1.016
				Outras provisões		373	1.262
Investimentos	12	**285**	**295**				
Participações societárias - não financeiras		281	291	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	21.1	**21.379**	**23.814**
Outros investimentos		4	4	Capital social		78.759	78.759
Imobilizado	13	**757**	**1.006**	Prejuízos acumulados		(57.380)	(54.945)
Bens móveis		556	769				
Outras imobilizações		201	237				
Intangível	14	**250**	**314**				
Outros intangíveis		250	314				
TOTAL DO ATIVO		**165.198**	**176.385**	**TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LIQUIDO**		**165.198**	**176.385**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Demonstrações dos resultados consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios emitidos	**22.1**	**56.442**	**87.958**
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		**58**	**(16.679)**
(=) Prêmios ganhos	**22.2**	**56.500**	**71.279**
(+) Receitas com emissão de apólices - DPVAT		**1.850**	**1.900**
(-) Sinistros ocorridos	**22.3**	**(31.396)**	**(48.064)**
(-) Custos de aquisição	**22.4**	**(4.941)**	**(4.974)**
(+) Outras receitas e despesas operacionais	**22.5**	**(589)**	**(1.367)**
(+) Resultado com resseguro		**(8.874)**	**(7.281)**
(+) Receita com resseguro	22.6	14.694	17.936
(-) Despesa com resseguro	22.7	(22.296)	(23.570)
(+/-) Outros resultados com resseguro	22.8	(1.272)	(1.647)
(-) Despesas administrativas	**22.9**	**(15.349)**	**(16.268)**
(-) Despesas com tributos	**22.10**	**(1.773)**	**(2.145)**
(-) Resultado financeiro	**22.11**	**2.708**	**5.091**
(-) Resultado patrimonial		**7**	**33**
(=) Resultado operacional		**(1.857)**	**(1.796)**
(+) Ganhos e perdas com ativos não correntes		**20**	**(22)**
(=) Resultado antes dos impostos		**(1.837)**	**(1.818)**
(-) Imposto de renda	23	**(433)**	**(400)**
(-) Contribuição social	23	**(165)**	**(103)**
(=) Prejuízo do exercício		**(2.435)**	**(2.321)**
(/) Quantidade de ações		**190.697.468**	**190.697.468**
(=) Prejuízo por ação		**(0,01)**	**(0,01)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Prejuízo do exercício	**(2.435)**	**(2.321)**
Resultados abrangentes	(2.435)	(2.321)
Total dos resultados abrangentes - atribuível aos acionistas controladores	**(2.435)**	**(2.321)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
EM 1° DE JANEIRO DE 2016	**78.759**	**(52.624)**	**26.135**
Prejuízo do exercício	-	(2.321)	(2.321)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**78.759**	**(54.945)**	**23.814**
Prejuízo do exercício	-	(2.435)	(2.435)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**78.759**	**(57.380)**	**21.379**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(2.435)**	**(2.321)**
Ajustes para:	**(1.230)**	**16.898**
Depreciação de ativos imobilizados	339	388
Amortização de ativos intangíveis	158	100
Ganho/Perda na alienação de imobilizado e intangível	(20)	23
Provisão de IR e CS	(598)	(552)
Redução ao valor recuperável	(216)	(303)
Variação do Custo de aquisição diferidos	17	(2.444)
Variação dos Ativos de resseguro	1.060	(6.476)
Variação das provisões técnicas - seguros e resseguros	(1.970)	26.162
Variação das contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	1.450	(20.115)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(366)	(6.364)
Ativos de resseguro	7.361	(11)
Títulos e créditos a receber	96	(50)
Créditos tributários e previdenciários	576	795
Depósitos judiciais e fiscais	139	(11)
Custos de aquisição diferidos	(16)	55
Outros créditos operacionais	413	314
Outros ativos	188	(56)
Contas à pagar	(66)	(143)
Impostos e contribuiições	(240)	(1.602)
Outras Contas à pagar	109	236
Débitos de operações com seguros e resseguros	953	5.311
Depósitos de terceiros	(134)	394
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(5.873)	4.724
Provisões judiciais	(933)	(739)
Caixa líquido consumido pelas operações	**(8)**	**(2.685)**
Impostos sobre o lucro pagos	(536)	(213)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(544)**	**(2.898)**

Atividades de investimento		
Pagamentos pela compra:		
Imobilizado	(106)	(301)
Intangível	(94)	(90)
Recebimentos pelas venda:		
Imobilizado	32	-
Dividendos:		
Recebimento de dividendos - DPVAT	7	33
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(161)**	**(358)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(705)**	**(3.256)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.302	5.558
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.597	2.302

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Contexto operacional

A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. é uma Seguradora de capital fechado, controlada pelo Consórcio Internacional de Aseguradores de Credito - CIAC (sediado em Madri, Espanha), cujo o principal acionista é o Estado Espanhol, autorizada a atuar nos ramos de seguro de garantias, crédito interno e seguros de crédito à exportação, em todo território nacional, operando nos principais centros econômicos do País e está sediada na Alameda Santos, 787, conjunto 111, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP.

No Brasil, o Grupo CESCE é representado pela Seguradora CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. autorizada a atuar nos ramos de seguro de garantias, crédito interno e seguros de crédito à exportação, em todo território nacional e por sua controlada CESCEBRASIL Serviços de Gestão de Riscos Ltda que opera com análise e monitoramento de riscos financeiros.

O Grupo CESCE é especializado na gestão integrada de risco comercial e seu principal acionista é o estado espanhol, tendo ainda participação acionária dos principais bancos e seguradoras da Espanha. O seu objeto social é prover seguro às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais.

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o padrão contábil internacional (*Internacional Financial Reporting Standards - IFRS*) estabelecido pelo International Accouting Standards Board - IASB e homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (doravante referido como IFRS).

A Administração considera que a Companhia e sua controlada possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios.

Essas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2018 e aprovada pelo Conselho de Administração na mesma data.

a. Base de consolidação

A controladora tem como única subsidiária integral a empresa CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. que passou a ser controlada em 1º de junho de 2011 e possui como atividade o serviço de análise de risco.

b. Base de mensuração e apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

IFRS 9 - instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A Administração concluiu que suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do CPC 48/IFRS 9 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48/IFRS 9 e continuará a aplicar o CPC 38/IAS 39 até a data efetiva do IFRS 17.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Administração planeja adotar o IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

IFRS16 - Arrendamentos

O IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1° de Janeiro de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada na data de transação. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão demonstradas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

A Seguradora e sua controlada considera como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades, que compreendem o caixa, as contas correntes em bancos e outros ativos de curto prazo (vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

3.2 Aplicações e instrumentos financeiros

As aplicações financeiras são efetuadas em títulos de renda fixa públicos e privados, e de acordo com a Circular SUSEP no 544/16, bem como as normas específicas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

a. Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, quando aplicável, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são

classificados nesta categoria. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* a cada data de balanço (vide nota 3.2 (d)).

b. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

c. Determinação do valor justo

Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram seus valores justos apurados da seguinte forma: (i) CDB pré-fixados - o valor justo é calculado considerando o valor presente com base nas taxas de juros dos contratos de DI futuro da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão.

d. Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

O Grupo avalia mensalmente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou impaired.

A redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber é mensurada a partir de estudo interno baseado em dados históricos, que representa a melhor estimativa da Administração em relação a possíveis perdas incorridas. O estudo determina um percentual médio de perdas históricas efetivas que é aplicado sobre as parcelas em atraso de prêmios a receber.

Para as operações a recuperar com resseguradores, o Grupo reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias.

3.3 *Impairment* ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

3.4 Ativos intangíveis - outros intangíveis

a. Softwares e licenças de uso

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes

de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando elegíveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear pelas taxas de amortização indicadas na Nota 14.

3.5 Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos.

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para o Grupo e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear pelas taxas de depreciação indicadas na Nota 13.

3.6 Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento

O Grupo classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, o Grupo define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

3.7 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

(i) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelas parcelas de riscos assumidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados e calculada pelo método "*pro rata die*" com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceitos, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido.

(ii) A Provisão de Prêmios Não Ganhos referente aos Riscos Vigentes e ainda Não Emitidos (PPNG-RVNE) é atualmente constituída a partir da aplicação da metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, para os ramos de crédito (interno e externo) e garantia (setor público e privado). A metodologia aplicada considera uma análise histórica, onde os valores de prêmios emitidos em atraso são alocados segundo o início de vigência do risco e, posteriormente, é recalculada a PPNG, considerando os riscos já emitidos e os riscos emitidos em atraso, e comparada com a PPNG contábil, obtendo-se, assim, um fator de ajuste para cada mês avaliado. Por fim, os percentuais de atraso verificados em cada mês irão acarretar em um percentual

médio de atraso, o qual será aplicado mensalmente sobre a PPNG contabilizada para se determinar a PPNG-RVNE.

(iii) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, bruto de recuperações e resseguros e líquida de cosseguros cedidos, determinada com base nas notificações de sinistros avisados.

(iv) A provisão de IBNR tem por finalidade estimar o valor dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, considerando as indenizações, de acordo com a responsabilidade da seguradora. Em atendimento aos normativos vigentes, a sociedade seguradora possui uma metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, baseada fundamentalmente na construção dos triângulos de *run-off*, a qual é aplicada somente ao ramo crédito interno (748). Para os demais ramos operacionalizados pela seguradora, a provisão de IBNR é atualmente obtida pela aplicação dos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador, uma vez que estes não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia, devido ao pequeno contingente numérico de sinistros computados na base de dados da seguradora.

(v) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros já incorridos, considerando as despesas alocáveis (ALAE) e não alocáveis (ULAE).

(vi) Os custos de aquisição (CAD) são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices.

3.7.1 Teste de adequação dos passivos - "Liability Adequacy Test" (LAT)

Conforme disposto no IFRS 4, a Seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a Companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela IFRS 4 e Circular SUSEP n° 517/15 e alterações, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos do grupo de Danos, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2017, descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgado pela SUSEP, usando o modelo de *Svensson* para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2017 foram, em média, de 79,56%, para o ramo 748, e de 11,00%, para os demais ramos de Danos operacionalizados pela seguradora.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. realizado para a data base de 31/12/2017, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP n° 517/15 e alterações.

3.8 Contas a pagar

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor de custo e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

3.9 Benefícios a empregados

O Grupo possui participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo, conforme nota 25.

3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. O Grupo reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

3.11 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão somente quando a existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão, de acordo com as regras estabelecidas no IAS 37 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas.

As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos externos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração dispõe de adequado controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

3.12 Resultado

3.12.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

(a) os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco;

(b) As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado.

(c) As receitas de prêmios e os custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

(d) As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, o Grupo reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

(e) A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”) na proporção do percentual de participação no Consórcio DPVAT. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/15.

(f) A participação dos funcionários no resultado é apurada com base no descrito em acordo sindical coletivo.

3.13 Resseguro

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores; e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil:

- **Notas 3.6 -** Classificação e mensuração dos contratos de seguro;
- **Notas 3.2 e 7 -** Aplicações financeiras;
- **Nota 10.2 -** Créditos tributários e previdenciários;
- **Nota 3.4 a e 14 -** Ativo intangível;
- **Notas 3.7 e 20 -** Provisões técnicas; e
- **Notas 3.11 e 21 -** Provisões judiciais.

5 Gerenciamento de riscos

Resumo da estrutura de gerenciamento de risco

O Grupo detém em sua estrutura políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que o Grupo encontra-se exposto e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados.

O Grupo mantém em sua estrutura um Comitê de Gerenciamento de risco que mantém reporte imediato junto à Diretoria do Grupoassim como ao Conselho de Administração e que tem como objetivo auxiliar a administração na revisão e na discussão de informações acerca do gerenciamento dos riscos empresariais, incluindo as políticas, procedimentos, práticas e reportes com relação aos riscos de subscrição, crédito, investimento, operacional e de liquidez, assim como a aderência do Grupo com os requerimentos legais e regulatórios.

Risco de seguro (Subscrição)

Os fatores que agravam o risco de seguro incluem a habilidade de diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria.

O Grupo possui diversos mecanismos que tem como principal objetivo a minimização do risco de seguro ou redução de custos operacionais na liquidação de sinistros ou pagamento de benefícios aos segurados.

- **Segmento de seguros de garantias -** o seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixada na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, adiantamentos, inexecução dentro do prazo acordado, fornecimento e prestação de serviços, até o valor da garantia fixado na apólice. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro, os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 8º da Lei nº 8.666/93. A avaliação dos riscos no seguro garantia consiste na avaliação do tomador, exigindo que esse não apresente problemas financeiros no presente e no futuro para cumprir com suas obrigações de execução ou pagamento. Em todas avaliações são observadas capacidade patrimonial e de geração de lucros a liquidez e solvência dos tomadores. A avaliação é realizada com base nos dados mantidos pelo Grupo os quais foram obtidas através de diferentes fontes de informações, tais como agências de informações, bancos, câmaras de comércio, informações gerais do mercado, etc.

- **Segmento de seguros de crédito -** a gestão dos limites de crédito concedidos é realizada através da análise das informações constantes em base de dados e informações da controladora, sendo que os principais focos da avaliação são: liquidez, solvência, moralidade e capacidade de geração de resultado.

  As informações são obtidas através de agências de informações, câmaras de comércio e informações gerais, sendo que a controladora monitora a posição desses devedores e tomadores com certa periodicidade, a fim de verificar se sua posição financeira atualizada está adequada para a manutenção dos limites concedidos.

  A capacidade financeira dos tomadores é reavaliada periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira não se deteriorou de forma significativa desde a emissão dos limites de créditos vigentes.

A concentração de riscos Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os produtos de seguro garantias e créditos em 31 de dezembro estão distribuídos por região da seguinte forma:

Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG Bruta	**31/12/2017**			
	Região			
Produto	**NORDESTE**	**SUDESTE**	**SUL**	**Total geral**
Crédito à Exportação	52	2.195	(169)	2.078
Crédito Interno	188	13.232	236	13.656
Garantia Judicial	(2)	2	-	-
Garantia de Obrigações Privadas	(16)	2.296	4	2.284
Garantia de Obrigações Públicas	(94)	14.313	(44)	14.175
Total geral	**128**	**32.037**	**27**	**32.193**

Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG Bruta	**31/12/2016**			
	Região			
Produto	**NORDESTE**	**SUDESTE**	**SUL**	**Total geral**
Crédito à Exportação	87	3.870	303	4.260
Crédito Interno	278	12.077	2.218	14.573
Garantia Judicial	(2)	10	(7)	1
Garantia de Obrigações Privadas	(16)	2.658	1	2.643
Garantia de Obrigações Públicas	(64)	10.862	(103)	10.695
Total geral	**283**	**29.477**	**2.412**	**32.172**

Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG Resseguro	**31/12/2017**			
	Região			
Produto	**NORDESTE**	**SUDESTE**	**SUL**	**Total geral**
Crédito à Exportação	-	(1.319)	-	(1.319)
Crédito Interno	(94)	(6.791)	(117)	(7.002)
Garantia de Obrigações Privadas	-	(1.109)	-	(1.109)
Garantia de Obrigações Públicas	-	(9.401)	-	(9.401)
Total geral	**(94)**	**(18.621)**	**(117)**	**(18.831)**

Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG Resseguro	**31/12/2016**			
	Região			
Produto	**NORDESTE**	**SUDESTE**	**SUL**	**Total geral**
Crédito à Exportação	-	(2.234)	-	(2.234)
Crédito Interno	(162)	(5.796)	(1.289)	(7.247)
Garantia de Obrigações Privadas	-	(1.559)	-	(1.559)
Garantia de Obrigações Públicas	-	(7.060)	-	(7.060)
Total geral	**(162)**	**(16.649)**	**(1.289)**	**(18.100)**

Análise de sensibilidade

Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pelo Grupoa seguradora.

Isto posto, acrescenta-se que a análise de sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data base.

Neste contexto, a analise de sensibilidade foi aplicado sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Despesas Relacionadas e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os ramos operacionalizados da controladora, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir

Premissas Atuariais	Impacto causado no:							
	Data Base: 31/12/2017				Data Base: 31/12/2016			
	Passivo (5)	Ativo (6)	PLA	Resultado (7)	Passivo (5)	Ativo (6)	PLA	Resultado (7)
Aumento de 5,0% na Provisão de IBNR (1)	202	142	(60)	(60)	313	216	(97)	(97)
Redução de 5,0% na Provisão de IBNR (2)	(202)	(142)	60	60	(313)	(216)	97	97
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (3)	95	78	(17)	(17)	134	116	(19)	(19)
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (4)	(95)	(78)	17	17	(134)	(116)	19	19

Observações:

(1) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.

(2) Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas

(3) Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.

(4) Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.

(5) Valores que deverão ser adicionados ao passivo, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(6) Valores que deverão ser adicionados ao ativo, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(7) Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Riscos financeiros

Os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros do Grupo.

Com o objetivo de promover uma melhor gestão e controle da carteira e dos riscos financeiros existentes, é realizado o estudo de gestão de ativos e passivos a fim de adequar os parâmetros da carteira de ativos à do passivo, garantindo assim a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

Os principais fatores de risco que afetam o negócio do Grupo são:

Títulos de renda fixa e quotas de fundos

		31/12/2017		
		Saldo contábil	**Impacto no resultado - antes dos impostos**	**Saldo final**
Aplicações Financeiras	Aumento taxa juros 1,50%	90.430	1.356	91.786
Aplicações Financeiras	Redução taxa juros 1,50%	90.430	(1.356)	89.074

		31/12/2016		
		Saldo contábil	**Impacto no resultado - antes dos impostos**	**Saldo final**
Aplicações Financeiras	Aumento taxa juros 1,50%	91.880	1.378	93.258
Aplicações Financeiras	Redução taxa juros 1,50%	91.880	(1.378)	90.502

O Grupo possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. As tabelas a seguir demonstradas no risco de mercado apresentam todos os ativos financeiros detidos pelo Grupo e mensurados a valor justo.

Risco de mercado

a. Taxa de juros

Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, o Grupo realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e títulos privados indexadas à variação do CDI.

b. Hierárquia do valor justo compreende:

- **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2 -** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3 -** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2017			31/12/2016		
	Nível I	**Nível II**	**Valor de mercado**	**Nível I**	**Nível II**	**Valor de mercado**
Quotas de fundo de investimentos (FI)	-	59.293	59.293	-	56.885	56.885
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	24.378	-	24.378	26.449	-	26.449
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs)	-	4.439	4.439	-	2.934	2.934
Letra Financeira Pós (LFs)	-	2.320	2.320	-	5.612	5.612
	24.378	**66.052**	**90.430**	**26.449**	**65.431**	**91.880**

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco do Grupo não possui limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2017

	Vencidos	**sem vencimento definido**	**até 1 ano**	**Acima de 1 ano**	**Total**
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	62.667	20.786	6.977	**90.430**
Créditos das operações com seguros e resseguros	138	-	27.183	2468	**29.789**
Outros créditos operacionais	27	-	372	-	**399**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	-	30.740	6.484	**37.224**
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1597	-	**1.597**
Total dos ativos financeiros	**165**	**62.667**	**80.678**	**15.929**	**159.439**
Provisões técnicas	-	-	104.414	10.026	**114.440**
Passivos financeiros	-	-	5.028	-	**5.028**
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	-	21.387	756	**22.143**
Total dos passivos financeiros	**-**	**-**	**130.829**	**10.782**	**141.611**

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2016

	Vencidos	sem vencimento definido	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	56.885	5.577	29.418	**91.880**
Créditos das operações com seguros e resseguros	653	-	28.345	236	**29.234**
Outros créditos operacionais	55	-	757	-	**812**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	4885	-	15.609	25.151	**45.645**
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.302	-	-	**2.302**
Total dos ativos financeiros	**5.593**	**59.187**	**50.288**	**54.805**	**169.873**
Provisões técnicas	9.588	-	77.572	35.123	**122.283**
Passivos financeiros	-	-	5.823	-	**5.823**
Débitos das operações com seguros e resseguros	8.419	-	12.616	155	**21.190**
Total dos passivos financeiros	**18.007**	**-**	**96.011**	**25.278**	**149.296**

Risco de crédito

Para o controle e avaliação do risco de crédito, o Grupo utiliza a classificação de agências classificadoras de risco. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Grupo adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora.

A política de gestão de riscos do Grupo visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da empresa e alinhados à política de investimento definida. O Grupo busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros, distribuídos por *ratings* de crédito fornecidos pelas agências classificadoras de risco, disponibilizado de forma consolidada pela BRAM (Bradesco Asset Management).

A Administração classificou os títulos públicos como soberanos uma vez que a contraparte é o governo federal.

Composição dos ativos financeiros por classe e por categoria contábil em 31/12/2017:

Ficht Ratings **A.M.Best Company**	**Soberano**	**AAA** **A++**	**AA+ / AA / AA-** **A+ / A+ / A+**	**A+ / A / A-** **A / A / A-**	**Sem rating**	**Valor de Mercado/Valor contábil**
Moody´S Investors Services		**Aaa**	**Aa1 / Aa2 / Aa3**	**A1 / A2 / A3**		
Standard & Poor´S		**AAA**	**AA+ / AA / AA-**	**A+ / A / A-**		
Caixa	-	-	-	-	11	11
Bancos	-	1.586	-	-	-	1.586
Prêmios a receber	-	-	-	-	23.189	23.189
Operações com resseguradoras	-	-	1.414	-	5.185	6.600
Valor justo por meio do resultado						
Ativos pós-fixados	**24.378**	**2.871**	**514**	**-**	**62.667**	**90.430**
Públicos	**24.378**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.378**
Letras Financeiras do Tesouro	24.378	-	-	-	-	24.378
Privados	**-**	**2.871**	**514**	**-**	**62.667**	**66.052**
Letras financeiras - Citibank	-	-	182	-	-	182
Letras financeiras - Bradesco	-	1.807	-	-	-	1.807
Letras financeiras - Toyota	-	-	169	-	-	169
Letras financeiras - Safra	-	-	163	-	-	163
Quotas de Fundos de investimentos	-	-	-	-	3.374	3.374
Certificados de depósitos Bancários	-	1.064	-	-	-	1.064
Quotas de Fundos de Investimentos (DPVAT)	-	-	-	-	59.293	59.293
Exposição máxima ao risco de crédito	**24.378**	**4.457**	**1.928**	**-**	**91.052**	**121.816**

Composição dos ativos financeiros por classe e por categoria contábil em 31/12/2016:

Ficht Ratings **A.M.Best Company**	**Soberano**	**AAA** **A++**	**AA+ / AA / AA-** **A+ / A+ / A+**	**A+ / A / A-** **A / A / A-**	**Sem rating**	**Valor de Mercado/Valor contábil**
Moody´S Investors Services		**Aaa**	**Aa1 / Aa2 / Aa3**	**A1 / A2 / A3**		
Standard & Poor´S		**AAA**	**AA+ / AA / AA-**	**A+ / A / A-**		
Caixa	-	-	-	-	11	11
Bancos	-	2.148	143	-	-	2.291
Emprestimos e recebíveis- prêmios a receber	-	-	-	-	24.354	24.354
Operações com resseguradoras	-	-	1.061	733	3.211	5.005
Valor justo por meio do resultado						
Ativos pós-fixados	**26.449**	**8.546**	**-**	**-**	**56.885**	**91.880**
Públicos	**26.449**	**-**	**-**	**-**	**-**	**26.449**
Letras Financeiras do Tesouro	26.449	-	-	-	-	26.449
Privados	**-**	**8.546**	**-**	**-**	**56.885**	**65.431**
Letras financeiras - Santander	-	2.643	-	-	-	2.643
Letras financeiras - Citibank	-	165	-	-	-	165
Letras financeiras - Bradesco	-	1.635	-	-	-	1.635
Letras financeiras - Toyota	-	152	-	-	-	152
Letras financeiras - Itaú	-	1.017	-	-	-	1.017
Certificados de depósitos Bancários	-	2.934	-	-	-	2.934
Quotas de fundos de investimentos (DPVAT)	-	-	-	-	56.885	56.885
Exposição máxima ao risco de crédito	**26.449**	**10.694**	**1.204**	**733**	**84.461**	**123.542**

Risco de capital

No Brasil, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, a SUSEP adotou normas e regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das seguradoras.

O capital adicional para risco de subscrição, de crédito, de mercado e operacional, é calculado conforme definido em normas e legislações vigentes, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados. Visando a adoção das melhores práticas de gestão de risco, a controladora está apurando o capital de risco conforme demonstrado Nota 21.1.

6 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	11	11
Bancos	1.586	2.291
Total	**1.597**	**2.302**

7 Aplicações financeiras

7.1 Aplicações

A classificação das aplicações financeiras por categoria e prazo de vencimento é apresentada da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2017									
	Sem Vencimento	De 1 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	acima de 365 dias	Valor de mercado/contábil	valor curva	Valor de custo atualizado	Percentual
Valor justo por meio do resultado	**62.667**	**826**	**1.064**	**182**	**18.714**	**6.977**	**90.430**	**90.426**	**90.430**	**100**
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	-	1.064	-	-	-	1.064	1.064	1.064	1
Letras Financeiras de Tesouro (LFTs)	-	826	-	-	16.738	6.814	24.378	24.378	24.378	27
Quotas e fundos de investimentos (FI)	3.374	-	-	-	-	-	3.374	3.374	3.374	4
Quotas e fundos de investimentos (DPVAT)	59.293	-	-	-	-	-	59.293	59.293	59.293	66
Letra Financeira Pós (LFs)	-	-	-	182	1.976	163	2.321	2.317	2.321	3
Total	**62.667**	**826**	**1.064**	**182**	**18.714**	**6.977**	**90.430**	**90.426**	**90.430**	**100**

	31 de Dezembro de 2016									
	Sem Vencimento	De 1 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	acima de 365 dias	Valor de mercado/contábil	valor curva	Valor de custo atualizado	Percentual
Valor justo por meio do resultado	**56.885**	**968**	**1.005**	**3.092**	**512**	**29.418**	**91.880**	**91.870**	**91.880**	**100**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	968	1.005	961	-	-	2.934	2.934	2.934	3
Letras Financeiras de Tesouro (LFTs)	-	-	-	-	-	26.449	26.449	26.449	26.449	29
Quotas e Fundos de Investimentos (DPVAT)	56.885	-	-	-	-	-	56.885	56.885	56.885	62
Letras Financeiras Pós (LFs)	-	-	-	**2.131**	512	2.969	5.612	5.602	5.612	6
Total	**56.885**	**968**	**1.005**	**3.092**	**512**	**29.418**	**91.880**	**91.870**	**91.880**	**100**

As taxas de juros contratadas para as aplicações da carteira são:

Aplicações	Indexador	Taxas de juros média da carteira
Certificado de depósito bancário (CDB)	CDI	96%
Letras financeiras (LFs)	CDI	107%
Quotas de fundo de investimento	SELIC/CDI	-
Letras financeiras deo tesouro (LFTs)	SELIC	-

As movimentações das aplicações no exercício estão abaixo demonstradas:

	31/12/2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2017
Títulos de renda fixa	34.995	14.121	(24.140)	2.787	27.763
Quotas de fundo de investimentos	56.885	8.518	(8.722)	5.986	62.667
Total das aplicações financeiras	**91.880**	**22.639**	**(30.854)**	**8.773**	**90.430**

	31/12/2015	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2016
Títulos de renda fixa	30.665	17.799	(17.554)	4.085	34.995
Quotas de fundo de investimentos	41.099	12.956	(4.022)	6.852	56.885
Total das aplicações financeiras	**71.764**	**30.755**	**(21.576)**	**10.937**	**91.880**

7.2 Ativos em cobertura de provisões técnicas

	31/12/2017	31/12/2016
Títulos de renda fixa privados	2.321	5.612
Títulos de renda fixa públicos	24.378	26.449
Total dos ativos em cobertura	**26.699**	**32.061**
Provisões técnicas - seguros	114.440	122.283
(-) Comissões diferidas diretas - pagas	(1.716)	(1.577)
(-) Ativos de resseguros - PPNG	(7.109)	(7.398)
(-) Ativos de resseguros - IBNR	(2.836)	(4.318)
(-) Ativos de resseguros - PSL	(15.541)	(23.136)
(-) Ativos de resseguros - PDR	(16)	(91)
(-) Provisões técnicas - seguros DPVAT	(59.214)	(56.873)
(-) Direitos creditórios	(8.824)	(2.902)
Total a ser coberto	**19.184**	**25.988**
Suficiência de cobertura	**7.515**	**6.073**

8 Operações de seguros e resseguros

8.1 Prêmios a receber

Ramos	Período Médio de Parcelamento (Meses)	Prêmios a Receber	Redução ao Valor Recuperável	31/12/2017 Prêmios a Receber - Líquido
Garantia obrigações privadas	2 mensal	1.381	-	1.381
Garantia obrigações públicas	2 mensal	4.107	(11)	4.096
Crédito à exportação	4 trimestral	2.240	(62)	2.178
Crédito interno	4 trimestral	15.691	(157)	15.534
		23.419	**(230)**	**23.189**
Circulante		**20.982**	**(230)**	**20.752**
Não circulante		**2.437**	**-**	**2.437**

Ramos	Período Médio de Parcelamento (Meses)	Prêmios a Receber	Redução ao Valor Recuperável	31/12/2016 Prêmios a Receber - Líquido
Garantia obrigações privadas	2 mensal	635	(4)	631
Garantia obrigações publicas	2 mensal	1.515	(37)	1.478
Crédito à exportação	4 trimestral	4.556	(58)	4.498
Crédito interno	4 trimestral	17.648	(26)	17.622
		24.354	**(125)**	**24.229**
Circulante		**24.354**	**(125)**	**24.229**

Movimentação dos Prêmios a Receber	2017	Movimentação dos Prêmios a Receber	2016
Saldo Inicial em 1° Janeiro de 2017	**24.354**	**Saldo Inicial em 1° Janeiro de 2016**	**10.363**
(+) Prêmios Emitidos	55.927	(+) Prêmios Emitidos	47.569
(-) Prêmios Cancelados	(9.723)	(-) Prêmios Cancelados	(964)
(-) Recebimentos	(38.692)	(-) Recebimentos	(43.402)
(-) RVNE	(10.874)	(+) RVNE	11.280
(-) Oscilação Cambial	(10)	(+) Oscilação Cambial	(492)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**20.982**	**Saldo em 31 de Dezembro de 2016**	**24.354**

Composição quanto aos prazos de vencimento

Prêmios a Receber	**31/12/2017**		
Faixas de Vencimento	**A vencer**	**Vencidas**	**Total - Prêmios a Receber**
01 a 60 dias	15.444	225	15.669
61 a 120 dias	1.980	5	1.985
121 a 180 dias	1.184	5	1.189
181 a 365 dias	2.006	85	2.091
Superior a 365 dias	2.437	48	2.485
	23.051	**368**	**23.419**
Redução ao Valor Recuperável	**-**	**-**	**(230)**
Prêmio Líquido a Receber	**-**	**-**	**23.189**

Prêmios a Receber	**31/12/2016**		
Faixas de Vencimento	**A vencer**	**Vencidas**	**Total - Prêmios a Receber**
01 a 60 dias	19.183	336	19.519
61 a 120 dias	1.513	98	1.611
121 a 180 dias	1.088	8	1.096
181 a 365 dias	1.792	158	1.950
Superior a 365 dias	-	178	178
	23.576	**778**	**24.354**
Redução ao Valor Recuperável	**-**	**-**	**(125)**
Prêmio Líquido a Receber	**-**	**-**	**24.229**

8.2 Operações com resseguradoras

8.2.1 Operações ativas

As operações ativas com resseguradoras estão representadas por:

Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Sinistros Pagos	5.279	4.003
Participação nos lucros (*)	1.377	1.051
Outros créditos - conta corrente	-	16
Redução ao valor recuperável	(57)	(65)
Total	**6.600**	**5.005**
Circulante	6.600	4.834
Não circulante	-	171

Faixas	**31/12/2017**	**31/12/2016**
1 a 60 dias	4.780	3.069
61 a 90 dias	1.517	1.545
91 a 180 dias	246	-
181 a 365 dias	26	326
Superior a 1 ano	-	2
Superior a 2 anos	31	63
Total	**6.600**	**5.005**

(*) Refere-se a valores a receber das resseguradoras, relacionados à participação nos lucros contratualmente previstos nos contratos entre as partes, auferidos nas cessões dos prêmios de resseguros, registrados por estimativa com base no volume de prêmios e sinistros gerados no período contratual e na sua competência contábil.

8.2.2 Operações passivas

A seguir, demonstramos as operações com resseguradoras, relacionadas ao repasse de prêmios, líquidas de comissão, registrados na rubrica "Débitos das operações com seguros e resseguros - operações com resseguradoras":

Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Resseguradora local	15.244	13.751
Resseguradora admitida	3.653	4.368
Resseguradora eventual	7	2
	18.902	**18.121**
Circulante	18.171	18.121
Não circulante	731	-

9 Ativos de resseguros - provisões técnicas

9.1 Ativos de seguros e resseguros

31/12/2017

Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	IBNR sinistros ocorridos e não avisados	Prêmio de resseguro diferido	Provisão de despesas relacionada	Total
Garantia de operações privadas	-	13	1.109	1	1.123
Garantia de operações públicas	8.770	84	9.401	3	18.258
Garantia de concessões públicas	257	-	-	-	257
Crédito interno	4.953	2.549	7.002	8	14.512
Crédito à exportação	1.561	190	1.319	4	3.074
Total	**15.541**	**2.836**	**18.831**	**16**	**37.224**
Circulante					30.740
Não Circulante					6.484

31/12/2016

Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	IBNR sinistros ocorridos e não avisados	Prêmio de resseguro diferido	Provisão de despesas relacionada	Total
Garantia de operações privadas	240	50	1.559	26	1.875
Garantia de operações públicas	4.529	94	7.060	14	11.697
Garantia de concessões públicas	250	-	1	1	252
Garantia judicial	-	1	-	-	1
Crédito interno	6.043	3.885	7.246	15	17.189
Crédito à exportação	12.074	288	2.234	35	14.631
Total	**23.136**	**4.318**	**18.100**	**91**	**45.645**
Circulante					41.020
Não Circulante					4.625

Movimentação	31/12/2016	Constituição do exercício	Reversão do exercício	31/12/2017
Prêmios não ganhos	18.100	(22.334)	23.065	18.831
Sinistros a liquidar - administrativo	7.705	(55.894)	55.193	7.004
Sinistros a liquidar - judicial	15.431	(27.534)	20.640	8.537
Sinistros ocorridos mas não avisados	4.318	(49.641)	48.159	2.836
Provisão de despesas relacionadas	91	(545)	470	16
Total	**45.645**	**(155.948)**	**147.527**	**37.224**

9.1.1 Sinistros pendentes de pagamento - ativo

	31/12/2017						
Tipo ressegurador	**Garantia de operações privadas**	**Garantia de operações públicas**	**Garantia de concessões públicas**	**Crédito interno**	**Crédito à exportação**	**Total**	**%**
Ressegurador - local	-	8.040	218	2.602	1.483	12.343	79.42%
Ressegurador - admitida	-	703	39	2.333	77	3.152	20.28%
Ressegurador - eventual	-	27	-	18	1	46	0.30%
Total	**-**	**8.770**	**257**	**4.953**	**1.561**	**15.541**	**100,00%**

	31/12/2016						
Tipo ressegurador	**Garantia de operações privadas**	**Garantia de operações públicas**	**Garantia de concessões públicas**	**Crédito interno**	**Crédito à exportação**	**Total**	**%**
Ressegurador - local	194	4.152	211	3.175	11.477	19.207	83,03%
Ressegurador - admitida	44	363	38	2.846	594	3.885	16,79%
Ressegurador - eventual	2	14	-	21	5	42	0,18%
Total	**240**	**4.529**	**249**	**6.042**	**12.076**	**23.136**	**100,00%**

9.1.2 Prêmios de resseguro diferidos - ativo

			31/12/2017
Ramos	**Provisão de prêmios não ganhos**	**Comissão diferida**	**Total**
Garantia de operações privadas	1.663	(554)	1.109
Garantia de operações públicas	14.051	(4.650)	9.401
Crédito interno	8.649	(1.647)	7.002
Crédito à exportação	1.656	(337)	1.319
Total	**26.019**	**(7.188)**	**18.831**
Circulante			12.347
Não Circulante			6.484

			31/12/2016
Ramos	**Provisão de prêmios não ganhos**	**Comissão diferida**	**Total**
Garantia de operações privadas	2.208	(649)	1.559
Garantia de operações públicas	10.359	(3.299)	7.060
Crédito interno	8.828	(1.582)	7.246
Crédito à exportação	2.866	(631)	2.233
Total	**24.261**	**(6.161)**	**18.100**
Circulante			13.473
Não Circulante			4.625

10 Títulos e créditos a receber

10.1 Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ a compensar	47	11
Contribuição social a compensar	67	57
INSS a compensar	-	90
PIS e COFINS	68	64
Total	**182**	**222**

A Companhia possui valores de mposto de Renda sobre Pejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social no montante de 15.381 em dezembro de 2017. Estes créditos não foram registrados no balanço patrimonial, em virtude da Companhia não possuir perspectiva de realização desses créditos com resultados positivos futuros.

10.2 Depósitos judiciais e previdenciários

	31/12/2017	31/12/2016
Depósito judicial sinistro	-	148
Depósito judicial trabalhista	9	-
Total	**9**	**148**

Os passivos contingentes decorrentes de litígios são avaliados pela administração com o apoio dos consultores jurídicos e reconhecidos nas demonstrações financeiras quando considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa. Em função do andamento dos processos relativos a ações ligadas a sinistros e processos trabalhistas, foram efetuados depósitos judiciais nos montantes descritos acima.

11 Custos de aquisição diferidos

Ramos	Saldos em 31/12/2016	Constituição	Reversão	Saldos em 31/12/2017
Garantia de operações privadas	350	305	(236)	419
Garantia de operações públicas	1.570	602	(533)	1.639
Crédito interno	1.664	1.724	(1.664)	1.724
Crédito à exportação	450	273	(471)	252
Total	**4.034**	**2.904**	**(2.904)**	**4.034**
Circulante	2.909			2.849
Não Circulante	1.125			1.185

Ramos	Saldos em 31/12/2015	Constituição	Reversão	Saldos em 31/12/2016
Garantia de operações privadas	432	162	(243)	351
Garantia de operações públicas	493	1.415	(337)	1.571
Garantia judicial	21	-	(21)	-
Crédito interno	433	1.663	(433)	1.663
Crédito à exportação	266	485	(302)	449
Total	**1.645**	**3.725**	**(1.336)**	**4.034**
Circulante	1.325			2.909
Não Circulante	320			1.125

Os custos de aquisição diferidos são representados por comissões a corretores de seguros sobre prêmios emitidos diferidos *pro rata* dia com base na vigência das apólices.

12 Investimento

	31/12/2017	31/12/2016
Participações societárias avaliadas a custo:		
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.	281	291
	281	291
Outros investimentos:		
Obras de arte	4	4
	285	395

13 Imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Aquisição	Baixa	Saldo em 31/12/2017
Equipamentos	1.250	17	(144)	1.123
Instalações	276	3	-	279
Móveis, Maquinas e Utensílios	412	18	-	430
Veículos	217	-	(71)	146
Benfeitoria em Imóvel de Terceiros	717	68	-	785
	2.872	**106**	**(215)**	**2.763**

Descrição	Taxa anual de deprec %	Saldo em 31/12/2016	Depreciação	Reversão/Baixa	Saldo em 31/12/2017
Depreciação - Equipamentos	20	(798)	(143)	141	(800)
Depreciação - Instalações	20	(171)	(30)	-	(201)
Depreciação - Móveis, Máquinas e Utensílios	10	(253)	(38)	-	(291)
Depreciação - Veículos	10	(166)	(22)	58	(130)
Depreciação - Benfeitoria em Imóvel de Terceiros	20	(478)	(106)	-	(584)
		(1.866)	**(339)**	**199**	**(2.006)**
Total Imobilizado		**1.006**	**(233)**	**(16)**	**757**

14 Intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Aquisição	Baixa	Saldo em 31/12/2017
Direito de uso	660	94	-	754
Desenvolvimento de Programas	234	-	-	234
	894	**94**	**-**	**988**

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Reversão/Baixa	Saldo em 31/12/2017
Amortização - Direito de uso	(386)	(119)	-	(505)
Amortização - Desenvolvimento de Programas	(195)	(39)	-	(234)
	(581)	**(158)**	**-**	**(739)**
Total Intangível	**314**	**(64)**	**-**	**250**

As taxas de amortização dos direitos de uso de terceiros são de 10% ao ano e do desenvolvimento de programas são de 20% ao ano.

15 Obrigações a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	476	603
Participação nos lucros a pagar	294	317
Serviços de terceiros	2.715	2.632
Total	**3.485**	**3.552**

16 Impostos e contribuições a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
PIS e COFINS (*)	91	868
Imposto de Renda	6	50
Contribuição social	2	19
Outros	21	21
Total	**120**	**958**

(*) Em 2016 refere-se principalmente à provisão para PIS e COFINS sobre receitas de comissões de resseguro do período de janeiro a junho de 2012.

17 Corretores de seguros e resseguros

	31/12/2017	31/12/2016
Comissões sobre prêmios - direto	2.741	2.618
Comissões a pagar	25	-
Total	**2.766**	**2.618**

18 Depósitos de terceiros

	31/12/2017		
	De 1 a 30 dias:	**De 181 a 365 dias:**	**Total:**
Premios e Emolumentos Recebidos	335	48	383

	31/12/2016		
	De 1 a 30 dias:	**De 181 a 365 dias:**	**Total:**
Premios e Emolumentos Recebidos	477	40	517

19 Provisões técnicas

	31/12/2017					
Ramos	**Prêmios não ganhos**	**Sinistros à liquidar**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Provisão de despesas relacionadas**	**Outras provisões**	**Total**
Garantia de operações privadas	2.284	-	26	1	-	**2.311**
Garantia de operações públicas	14.176	9.378	130	4	-	**23.688**
Garantia de concessões públicas	-	321	-	-	-	**321**
Garantia judicial	-	-	-	-	-	**-**
Crédito interno	13.655	7.048	3.609	9	-	**24.321**
Crédito à exportação	2.078	2.229	276	5	-	**4.585**
DPVAT	-	7.743	51.140	-	331	**59.214**
Total	**32.193**	**26.719**	**55.181**	**19**	**331**	**114.440**
Circulante	22.167	26.719	55.181	19	331	104.414
Não Circulante	10.026	-	-	-	-	10.026

	31/12/2016					
Ramos	**Prêmios não ganhos**	**Sinistros à liquidar**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Provisão de despesas relacionadas**	**Outras provisões**	**Total**
Garantia de operações privadas	2.643	277	62	28	-	**3.010**
Garantia de operações públicas	10.695	5.111	151	25	-	**15.982**
Garantia de concessões públicas	-	313	-	-	-	**313**
Garantia judicial	-	-	2	-	-	**2**
Crédito interno	14.574	8.529	5.638	20	-	**28.761**
Crédito à exportação	4.260	12.626	408	48	-	**17.342**
DPVAT	-	11.423	45.013	-	437	**56.873**
Total	**32.172**	**38.279**	**51.274**	**121**	**437**	**122.283**
Circulante	24.993	38.279	51.274	121	437	115.104
Não Cirulante	7.179	-	-	-	-	7.179

Movimentação	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/12/2017
Prêmios não ganhos	32.172	25.076	(25.054)	32.194
Sinistros à liquidar - administrativo	11.003	45.375	(46.300)	10.078
Sinistros à liquidar - administrativo DPVAT	2.137	522	(1.292)	1.367
Sinistros à liquidar - judicial	15.853	22.714	(29.669)	8.898
Sinistros à liquidar - judicial DPVAT	9.286	13.605	(16.515)	6.376
Sinistros ocorridos mas não avisados	6.261	68.662	(70.886)	4.037
Sinistros ocorridos mas não avisados DPVAT	45.013	28.525	(22.398)	51.140
Provisão de despesas relacionadas	121	582	(684)	19
Outras provisões	437	21.741	(21.847)	331
Total	**122.283**	**226.802**	**(234.645)**	**114.440**

Movimentação	31/12/2015	Constituição	Reversão	31/12/2016
Prêmios não ganhos	16.278	13.866	(29.761)	32.172
Sinistros à liquidar - administrativo	10.123	62.343	(61.463)	11.003
Sinistros à liquidar - administrativo DPVAT	2.867	552	(1.282)	2.137
Sinistros à liquidar - judicial	17.925	24.834	(26.906)	15.853
Sinistros à liquidar - judicial DPVAT	11.811	5.706	(8.231)	9.286
Sinistros ocorridos mas não avisados	5.886	79.194	(78.819)	6.261
Sinistros ocorridos mas não avisados DPVAT	26.111	20.163	(1.261)	45.013
Provisão de despesas relacionadas	98	1.687	(1.664)	121
Outras provisões	298	7.290	(7.151)	437
Total	**91.397**	**215.635**	**(216.538)**	**122.283**

19.1 Provisões técnicas - PSL Judicial

As contingências passivas relacionadas a sinistros em discussão judicial estão provisionadas com base nos pareceres de nossos consultores jurídicos externos e foram constituídas provisões para garantir eventuais perdas com estas ações e estão registradas na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar".

	31/12/2017					
Ramos	**Em até quatro anos**	**Qtde**	**Mais de cinco anos**	**Qtde**	**Total**	**Qtde**
Garantia de operações privadas	-	1	-	1	-	2
Garantia de operações públicas	499	9	8.078	7	8.577	16
Garantia de concessões públicas	-	-	321	1	321	1
Crédito interno	-	-	-	-	-	-
Crédito à exportação	-	-	-	2	-	2
DPVAT	5.752	2.500	622	204	6.374	2.704
Total	**6.251**	**2.510**	**9.021**	**215**	**15.272**	**2.725**

	31/12/2016					
Ramos	**Em até quatro anos**	**Qtde**	**Mais de cinco anos**	**Qtde**	**Total**	**Qtde**
Garantia de operações privadas	1	3	277	3	278	6
Garantia de operações públicas	470	13	3.841	5	4.311	18
Garantia de concessões públicas	-	-	313	1	313	1
Crédito interno	-	-	-	-	-	-
Crédito à exportação	-	-	10.953	3	10.953	3
DPVAT	7.264	2.790	2.020	340	9.284	3.130
Total	**7.735**	**2.806**	**17.404**	**352**	**25.139**	**3.158**

19.2 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir apresentam a evolução da tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulados brutas e líquidas de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

O objetivo desta tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

a. Desenvolvimento de sinistros

BRUTO DE RESSEGURO - Administrativos + Judiciais

Incorrido (+) IBNR	Antes de dez/2009	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	TOTAL
- Até a data-base		41.875	2.404	1.391	13.163	16.837	13.477	22.928	28.917	24.143	
- Um ano mais tarde		41.457	588	4.664	9.538	7.524	13.540	18.907	24.257		
- Dois anos mais tarde		36.362	561	16.337	9.719	7.033	13.137	18.721			
- Três anos mais tarde		36.630	596	14.318	9.721	7.012	13.031				
- Quatro anos mais tarde		36.573	596	14.553	9.700	7.013					
- Cinco anos mais tarde		35.475	514	14.549	9.687						
- Seis anos mais tarde		35.507	514	14.529							
- Sete anos mais tarde		35.301	514								
- Oito anos mais tarde		35.300									
Posição em 31/12/2017		**35.300**	**514**	**14.529**	**9.687**	**7.013**	**13.031**	**18.721**	**24.257**	**24.143**	

Pago acumulado	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
- Até a data-base	(13.990)	(334)	(260)	(7.623)	(2.086)	(3.454)	(12.235)	(12.815)	(11.309)
- Um ano mais tarde	(34.501)	(390)	(766)	(8.804)	(6.935)	(9.564)	(18.307)	(23.728)	
- Dois anos mais tarde	(34.908)	(390)	(5.402)	(8.970)	(6.939)	(13.457)	(18.374)		
- Três anos mais tarde	(34.959)	(535)	(5.465)	(8.971)	(6.951)	(13.473)			
- Quatro anos mais tarde	(35.187)	(535)	(14.134)	(8.971)	(6.951)				
- Cinco anos mais tarde	(35.196)	(535)	(14.135)	(8.981)					
- Seis anos mais tarde	(35.206)	(535)	(14.711)						
- Sete anos mais tarde	(35.223)	(539)							
- Oito anos mais tarde	(35.229)								
Posição em 31/12/2017	(35.229)	(539)	(14.711)	(8.981)	(6.951)	(13.473)	(18.374)	(23.728)	(11.309)

Atualização monetária e juros		**-**	**24**	**504**	**60**	**116**	**515**	**(331)**	**7**	**-**	
Provisão de sinistros em 31/12/2017	**8.236**	**71**	**-**	**322**	**766**	**178**	**73**	**16**	**536**	**12.834**	**23.032**
Sobra/Falta acumulada (R$)		**6.575**	**1.889**	**(13.138)**	**3.475**	**9.825**	**446**	**4.207**	**4.660**		
Sobra/Falta acumulada (%)		***18,63%***	***367,33%***	***-90,43%***	***35,88%***	***140,10%***	***3,42%***	***22,47%***	***19,21%***		

LÍQUIDO DE RESSEGURO - Administrativos + Judiciais

Incorrido (+) IBNR	Antes de dez/2009	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	TOTAL
- Até a data-base		3.783	373	179	2.191	2.740	2.735	3.838	8.531	7.232	
- Um ano mais tarde		3.779	113	802	1.445	1.390	2.506	3.132	7.063		
- Dois anos mais tarde		3.900	124	1.734	1.509	1.312	2.463	3.091			
- Três anos mais tarde		3.939	110	1.664	1.510	1.292	2.441				
- Quatro anos mais tarde		3.897	110	1.680	1.493	1.197					
- Cinco anos mais tarde		3.731	96	1.700	1.469						
- Seis anos mais tarde		3.732	96	1.656							
- Sete anos mais tarde		3.735	96								
- Oito anos mais tarde		3.737									
Posição em 31/12/2017		**3.737**	**96**	**1.656**	**1.469**	**1.197**	**2.441**	**3.091**	**7.063**	**7.232**	

Pago acumulado	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
- Até a data-base	**(2.150)**	**(61)**	**(30)**	**(1.109)**	**(415)**	**(681)**	**(1.262)**	**(3.692)**	**(3.393)**
- Um ano mais tarde	**(3.596)**	**(78)**	**(133)**	**(1.342)**	**(1.276)**	**(1.750)**	**(2.980)**	**(6.936)**	
- Dois anos mais tarde	**(3.661)**	**(78)**	**(1.057)**	**(1.394)**	**(1.277)**	**(2.517)**	**(2.998)**		
- Três anos mais tarde	**(3.671)**	**(100)**	**(1.063)**	**(1.394)**	**(1.279)**	**(2.520)**			
- Quatro anos mais tarde	**(3.673)**	**(100)**	**(1.612)**	**(1.394)**	**(1.183)**				
- Cinco anos mais tarde	**(3.675)**	**(100)**	**(1.612)**	**(1.397)**					
- Seis anos mais tarde	**(3.677)**	**(100)**	**(1.689)**						
- Sete anos mais tarde	**(3.680)**	**(101)**							
- Oito anos mais tarde	**(3.681)**								
Posição em 31/12/2017	(3.681)	(101)	(1.689)	(1.397)	(1.183)	(2.520)	(2.998)	(6.936)	(3.393)

Atualização monetária e juros		**-**	**5**	**97**	**43**	**11**	**89**	**(88)**	**(6)**	**-**	
Provisão de sinistros em 31/12/2017	**405**	**56**	**-**	**64**	**116**	**25**	**10**	**5**	**121**	**3.839**	**4.639**
Sobra/Falta acumulada (R$)		**46**	**277**	**(1.477)**	**722**	**1.544**	**294**	**748**	**1.468**		
Sobra/Falta acumulada (%)		***1,23%***	***290,11%***	***-89,16%***	***49,14%***	***129,02%***	***12,03%***	***24,19%***	***20,78%***		

20 Contingências

	31/12/2017															
	Processos de Sinistros				Processos de Sinistros DPVAT				Processos trabalhistas				Processos cíveis (*)			
Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**
Provável	2	7.856	7.856	100	2.704	31.824	6.375	20	1	330	330	100	-	-	-	-
Possível	10	2.085	1.042	50	-	-	-	-	-	-	-	-	4	3.738	1.122	30
Remota	20	39.237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	127.325	-	-
Total	**32**	**50.248**	**8.898**		**2.704**	**31.824**	**6.375**		**1**	**330**	**330**		**8**	**131.063**	**1.122**	

	31/12/2016															
	Processos de Sinistros				Processos de Sinistros DPVAT				Processos trabalhistas				Processos cíveis (*)			
Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**%**
Provável	3	11.167	11.167	100	434	6.252	2.060	33	1	194	194	100	-	-	-	-
Possível	15	9.488	4.724	50	2.327	30.174	5.389	33	1	953	286	30	3	3.388	1.016	30
Remota	14	37.206	-	-	369	5.570	1.835	33	-	-	-	-	4	124.842	-	-
Total	**32**	**57.861**	**15.891**		**3.130**	**41.996**	**9.285**		**2**	**1.147**	**480**		**7**	**128.230**	**1.016**	

(*) A controladora é parte em discussões judiciais de natureza cível e processos administrativos, cujo valor em risco estimado pela Administração é de aproximadamente R$ 35.895 milhões. Os assessores jurídicos avaliam a probabilidade de perda dessas discussões como remota, motivo pelo qual não há provisão constituída. Os controladores, no curso normal de suas operações, formalizaram compromissos na remota hipótese de uma conclusão desfavorável nas discussões judiciais em curso, dando suporte a manutenção de suas atividades.

Outras provisões

A controladora provisiona todos os valores relacionados às discussões administrativas em trânsito com a SUSEP, em relação a ofícios ou questionamentos que estão demonstrados em "Outras provisões" no montante de R$ 373 mil.

Movimentação	Sinistros Judiciais	Sinistros Judiciais - DPVAT	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial em 1º Janeiro de 2017	15.853	9.285	480	1.016
Novas constituições	142	1.130	-	-
Alteração de estimativas ou probabilidades	4.681	979	64	-
Atualização monetária	(202)	-	(54)	105
Valor pago	(11.576)	(2.205)	(160)	-
Baixa da provisão por êxito	-	(2.814)	-	-
Saldo final em 30 de dezembro de 2017	8.898	6.375	330	1.121

Movimentação	Sinistros Judiciais	Sinistros Judiciais - DPVAT	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial em 1º Janeiro de 2016	17.925	11.811	643	1.583
Novas constituições	265	3.545	-	-
Alteração de estimativas ou probabilidades	4.443	(1.097)	-	-
Atualização monetária	(1.855)	-	(163)	(567)
Valor pago	(4.925)	(2.637)	-	-
Baixa da provisão por êxito	-	(2.337)	-	-
Saldo final em 30 de dezembro de 2016	15.853	9.285	480	1.016

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 190.697.468 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, estão distribuídas como segue:

	Percentual	
	31/12/2017	**31/12/2016**
Consórcio Internacional de Asseguradores de Crédito (CIAC)	99,99	99,99
Outros	0,01	0,01

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido, limitado a 20% do capital social. O lucro do exercício, após dedução da reserva legal, é transferido para reserva de lucros para reinvestimento nas operações do Grupo quando aplicável, consoante a Lei 6.404/76.

21.1 Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações pela Resolução CNSP nº 343/16, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A controladora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo:

	31/12/2017
Patrimônio líquido	21.379
Participações societárias	(4.623)
Ativos intangíveis	(250)
Obras de arte	(4)
* Ajustes associados à variação dos valores econômicos	1
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**16.503**
Capital Base - (I)	**15.000**
Capital Adicional - Risco de Subscrição	2.889
Capital Adicional - Risco de Crédito	930
Capital Adicional - Risco de Mercado	652
Capital Adicional - Risco Operacional	469
Benefícios da diversificação/correlação entre os riscos	(787)
Capital de Risco (II)	**4.153**
Capital Mínimo Requerido - CMR - (Maior entre I e II)	**15.000**
Suficiência de capital (PLA - CMR)	**1.503**
Total de ativos garantidores (IV)	**26.699**
Total de provisões técnicas a ser coberta (V)	**19.184**
Ativos Líquidos (VI) = (IV-V)	**7.515**
Índice de liquidez = (VI / II)	**181%**

22 Detalhamento das contas da demonstração do resultado

22.1 Prêmios emitidos líquidos

Ramos	31/12/2017	31/12/2016
Garantia operações privadas	1.688	2.249
Garantia obrigações públicas	7.912	11.877
Garantia judicial	-	56
Crédito doméstico risco comercial	22.647	33.630
Crédito à exportação	3.310	8.054
Convênio DPVAT	20.885	32.092
Total	**56.442**	**87.958**

22.2 Prêmio ganho

Ramos	31/12/2017	31/12/2016
Garantia operações privadas	1.960	2.978
Garantia obrigações públicas	4.431	5.263
Garantia judicial	-	501
Crédito doméstico risco comercial	23.565	24.144
Crédito à exportação	5.749	6.527
Convênio DPVAT	20.795	31.866
Total	**56.500**	**71.279**

22.3 Sinistros ocorridos

			Índice de sinistralidade %	
Ramos	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Garantia operações privadas	115	(364)	-6%	12%
Garantia obrigações públicas	(176)	1.208	4%	-23%
Garantia de concessões públicas	-	16	-	-
Garantia judicial	2	(2)	-	-
Crédito doméstico risco comercial	(11.581)	(17.558)	49%	73%
Crédito à exportação	(2.181)	(4.049)	38%	62%
Convênio DPVAT	(17.572)	(27.315)	84%	86%
Total	**(31.396)**	**(48.064)**	**56%**	**67%**

22.4 Custos de aquisição

			Índice de comercialização %	
Ramos	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Garantia operações privadas	(267)	(325)	14%	11%
Garantia obrigações públicas	(603)	(666)	14%	13%
Garantia judicial	-	(21)	0%	4%
Crédito doméstico risco comercial	(3.195)	(2.727)	14%	11%
Crédito à exportação	(630)	(786)	11%	12%
Convênio DPVAT	(246)	(449)	1%	1%
Total	**(4.941)**	**(4.974)**	**9%**	**7%**

22.5 Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Despesas DPVAT	(2.219)	(2.424)
Processos judiciais cíveis	(105)	566
Variação da Provisão para Perdas	189	265
Serviços de análise de crédito	5.071	3.293
Despesas com Serasa - Análise de crédito	(3.402)	(2.556)
Outras	(125)	(511)
Total	**(589)**	**(1.367)**

Resultado com resseguro

22.6 Receita com resseguro

Ramos	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Garantia operações privadas	(37)	444
Garantia obrigações públicas	338	165
Garantia de concessões públicas	-	(16)
Garantia judicial	(1)	1
Crédito doméstico risco comercial	11.923	13.669
Crédito à exportação	2.471	3.673
Total	**14.694**	**17.936**

22.7 Despesa com resseguro

Ramos	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Garantia operações privadas	(1.231)	(1.930)
Garantia obrigações públicas	(2.669)	(3.116)
Garantia judicial	-	(374)
Crédito doméstico risco comercial	(15.052)	(14.688)
Crédito à exportação	(3.344)	(3.462)
Total	**(22.296)**	**(23.570)**

22.8 Outros resultados com resseguro

Ramos	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Garantia obrigações públicas	(289)	(814)
Crédito doméstico risco comercial	(456)	(299)
Crédito à exportação	(528)	(534)
Total	**(1.272)**	**(1.647)**
Total do resultado com resseguro	**(8.874)**	**(7.281)**

22.9 Despesas administrativas

	31/12/2017	**31/12/2016**
Pessoal próprio	(8.499)	(7.764)
Serviço de terceiros	(3.200)	(3.698)
Localização e funcionamento	(2.311)	(2.915)
Publicação	(71)	(97)
Propaganda e publicidade	(80)	(90)
Donativos	(4)	(3)
Administrativas convênio DPVAT	(1.399)	(1.512)
Participações no resultado	(185)	(278)
Despesas diversas	400	89
Total	**(15.349)**	**(16.268)**

22.10 Despesas com tributos

	31/12/2017	**31/12/2016**
PIS e COFINS	(1.383)	(1.614)
Taxa de fiscalização	(289)	(414)
Outros	(101)	(117)
Total	**(1.773)**	**(2.145)**

22.11 Resultado financeiro

a. Receitas financeiras

	31/12/2017	**31/12/2016**
Receitas com títulos renda fixa públicos	2.561	3.807
Receitas com títulos renda fixa privados	414	455
Receitas com fundos de investimentos - DPVAT	5.866	6.852
Receitas com operações de seguros	6.165	7.587
Outras receitas financeiras	266	704
Total	**15.272**	**19.405**

b. Despesas financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com operações de seguros e resseguros	(12.484)	(13.731)
IOF	(52)	(35)
Outras despesas financeiras	(28)	(548)
Total	**(12.564)**	**(14.314)**
Resultado Financeiro	**2.708**	**5.091**

23 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2017		31/12/2016	
Imposto de renda e contribuição social	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes dos impostos	(1.837)	(1.837)	(1.818)	(1.818)
Participação sobre o resultado	(203)	(203)	(286)	(286)
Equivalência patrimonial	(7)	(7)	(33)	(33)
Outras exclusões	(47)	(47)	(726)	(726)
Provisões temporariamente indedutíveis	(305)	(305)	(377)	(377)
Despesas indedutíveis	-	-	-	-
Base de cálculo	**(2.399)**	**(2.399)**	**(3.240)**	**(3.240)**
Alíquota 15% IRPJ e 20% CSSL (15% IRPJ e 9% CSSL para controlada)	**274**	**165**	**254**	**103**
Adicional 10% para IRPJ (Acima de 240 mil)	**159**	**-**	**145**	**-**
IRPJ e CSLL	**433**	**165**	**400**	**103**
Aliquota Efetiva	24%	9%	22%	6%

24 Benefícios a empregados

O Grupo possui benefícios de curto prazo a empregados tais como: vale-alimentação, assistência médica e odontológica, seguro de vida, auxílio bolsa de estudo para graduação e pós-graduação.

	31/12/2017	31/12/2016
Vale alimentação	(453)	(488)
Assistência médica e odontológica	(632)	(611)
Seguro de vida	(53)	(53)
Treinamentos	(55)	(46)
Plano previdência complementar	(58)	(63)
Outras despesas assistenciais	(37)	(51)
Total	**(1.288)**	**(1.312)**

O Grupo possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários. As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e registradas segundo regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

25 Partes relacionadas

A administração considera como partes relacionadas as operações com seus diretores, demais membros-chave da diretoria e seus familiares e serviços compartilhados com a CIAC (Consorcio Internacional de Aseguradores de Crédito) em sua maior parte de pessoal e sistemas.

A movimentação de tais transações está demonstrada a seguir:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Saldos Ativo (Passivo)	**Movimentos** Receitas (Despesas)	**Saldos** Ativo (Passivo)	**Movimentos** Receitas (Despesas)
CIAC - Consorio Internacional de Asseguradores de Crédito	(476)	-	(606)	-

a. Remuneração pessoal chave da administração

O total das despesas com remuneração da administração atingiu em 31 de dezembro de 2017 o montante de R$ 1.009 mil (R$ 1.601 mil em 31 de dezembro de 2016).

* * *